



PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DO PENELA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO



CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA



NOVEMBRO 2017

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DO PENELI

Volume I – Resumo Não Técnico

Volume II – Relatório Ambiental

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	7
2	ENTIDADES ENVOLVIDAS:	8
3	ANTECEDENTES DO PLANO	9
4	LOCALIZAÇÃO E USO DO SOLO NA ÁREA DO PLANO	10
5	EM QUE CONSISTE O PLANO?	12
6	COMO FOI EFETUADA A ANÁLISE?	14
7	TIPOLOGIA DE PLANO E AÇÕES PREVISTAS	22
8	QUAL A SITUAÇÃO ATUAL NA ÁREA DO PLANO?	22
9	RISCOS E OPORTUNIDADES ASSOCIADOS AO PLANO	25
10	SÍNTESE DAS DIRETRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO	29
11	SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO	31
12	PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	33
13	CONCLUSÕES	35
ANEXO I - PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DO PENELI		37

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor do Parque Empresarial para Novas Estratégias de Localização do Investimento (PENELI), com abrangência no Município de Penela. Pretende apresentar de forma resumida os principais aspetos analisados no Relatório Ambiental, de índole técnica, nomeadamente as oportunidades e riscos de natureza ambiental.

De uma forma sintética, o Plano proposto pretende criar as regras para a implantação de um parque empresarial no concelho, prevendo a construção das infra-estruturas básicas para que as empresas se possam instalar, como a estrutura viária, um sistema de tratamento de água e de drenagem comum, áreas ajardinadas e de enquadramento do parque, entre outras redes e espaços. Pretende também ser um parque que estimule a instalação de serviços de suporte a estas indústrias, como alojamentos, restauração, auditórios e empresas que prestem serviços numa lógica inovadora e integrada. O plano pretende também definir as regras de ocupação e de uso do solo neste espaço. De particular relevância é a limitação de indústria até tipo 2 (indústria de “perigosidade média”), não se prevendo por isso indústria de particular preocupação aos munícipes no que concerne aos riscos envolvidos.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica, que tem como objetivo descrever e avaliar os eventuais efeitos relevantes no ambiente resultante da execução do Plano de Pormenor do PENELI e identificar as medidas de minimização a adotar por forma a diminuir os efeitos negativos e medidas que permitam potenciar os efeitos positivos, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável. (Partidário, 2007).

Numa primeira fase, através do Relatório de Definição de Âmbito, definiram-se os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), tendo estes sido objeto de pareceres por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE). De seguida, elaborou-se o Relatório Ambiental (RA) onde se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação da proposta do Plano. Todos os contributos recebidos nas consultas às entidades e público são ponderados e traduzidos na versão final da proposta do Plano.

Com a aprovação da proposta do Plano será elaborada a Declaração Ambiental (DA) a ser entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que disponibilizará a sua consulta na sua página de Internet.

A fase posterior traduz-se no controlo dos efeitos identificados, através da análise dos indicadores descritos no RA (Quadro de Seguimento e Controlo do Plano de Pormenor de PENELI), devendo os resultados ser divulgados anualmente pelo Município de Penela.

2 ENTIDADES ENVOLVIDAS:

No âmbito do acompanhamento institucional da proposta do plano, a Câmara Municipal de Penela (promotor) efetuou reuniões e solicitou pareceres prévios junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro e junto da Autoridade Florestal Nacional e Autoridade Nacional para a Proteção Civil, com vista ao esclarecimento e orientação do processo, apesar de tal ser facultativo de acordo com o n.º 1 do art.º 86º do D.L. nº 80/2015.

Ao nível do envolvimento público da proposta de plano salienta-se o facto de ter ocorrido um inquérito público, para a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informação sobre quaisquer questões que pudessem ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração do Plano, em conformidade com o nº 2 do art. 88º do D.L. nº 80/2015, de 14 de maio. Este inquérito público decorreu durante 15 dias após a sua publicação em Diário da República e na comunicação social, não tendo havido qualquer sugestão ou participação durante este período.

O envolvimento público será levado a cabo novamente na fase de Discussão Pública/Consulta Pública do plano, dando cumprimento ao nº 2 do art.º89 do DL 80/2015, de 14 de maio, bem como do art.º 7 do D.L. n.º232/2007, de 15 de Junho, através da colocação à disposição dos interessados a proposta do plano de pormenor, o relatório ambiental e os pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, durante o período de 20 dias, devendo o mesmo ser anunciado com uma antecedência mínima de cinco dias. A abertura deste período será anunciada em Diário da República, na comunicação social e na página da Internet da Câmara Municipal de Penela.

3 ANTECEDENTES DO PLANO

O anterior Plano Diretor Municipal de Penela, datado de 1993, não previa na sua planta de ordenamento a criação de novas zonas industriais. No entanto, devido ao crescente interesse demonstrado por investidores, na aquisição de espaços com potencial suficiente para o desenvolvimento de iniciativas empresariais concretas, potenciadoras de desenvolvimento económico e criação de emprego, aliada à análise e estratégia definida no âmbito do Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Concelho de Penela, conduziram à decisão de proceder à elaboração do presente Plano de Pormenor.

A estas circunstâncias, conjugaram-se as características da zona escolhida para o efeito, estrategicamente localizada no contexto Regional, consubstanciando assim uma nova e fundamentada abordagem ao atualmente definido no Plano Diretor Municipal de Penela.

Em reunião ordinária realizada a 14 de agosto de 2007, o município deliberou a elaboração do Plano de Pormenor do PENELI (Parque Empresarial para Novas Estratégias de Localização do Investimento). Em 03 de março de 2008 foi deliberado justificar a elaboração do PENELI, consubstanciar os Termos de Referencia do mesmo, assim como, estabelecer os respetivos prazos de elaboração e do período de participação pública.

Este procedimento foi publicitado através a divulgação de avisos no Diário da Republica da Série II, em vários periódicos da imprensa escrita (Semanário SOL, Diário das Beiras e Diário de Coimbra) e na respetiva página de internet. Durante 15 dias realizou-se um inquérito para a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informação sobre quaisquer questões que pudessem ser válidas no âmbito do referido procedimento de elaboração do plano, não tendo havido qualquer sugestão ou participação durante o período de inquérito público.

4 LOCALIZAÇÃO E USO DO SOLO NA ÁREA DO PLANO

A área ao Plano de Pormenor do Parque Empresarial para Novas Estratégias de Localização do Investimento localiza-se na Freguesia de Podentes, no extremo noroeste do Concelho de Penela, mais concretamente entre os lugares de Zambujal e Podentes. A sua localização geográfica está exatamente entre as urbes de Penela, a Sudeste, e de Condeixa-a-Nova, a Noroeste, distando destas cerca de 6,5 km (Figura 1 e Figura 2), abrangendo uma área total de cerca de 85 ha.

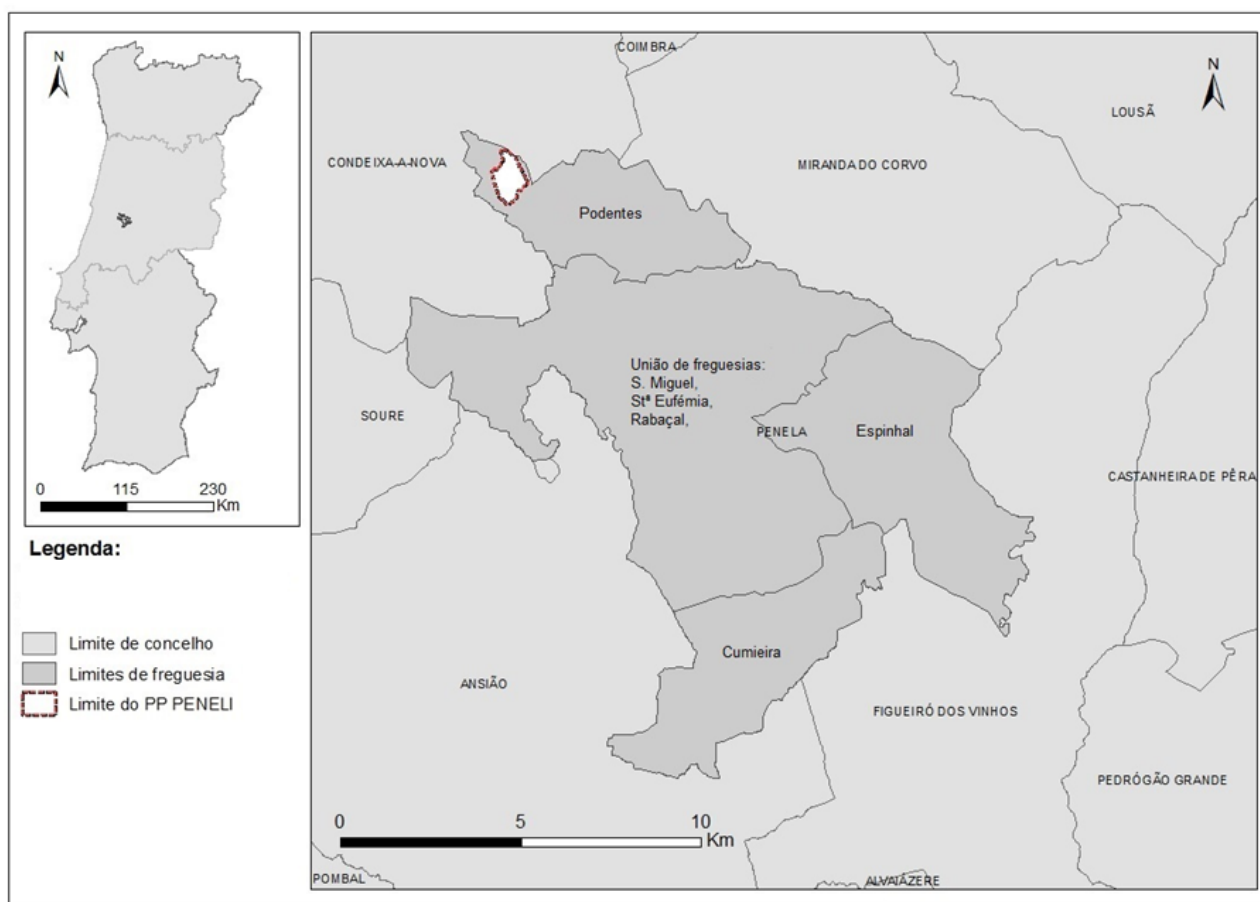


Figura 1 - Enquadramento geográfico da área de implementação do PENELI.

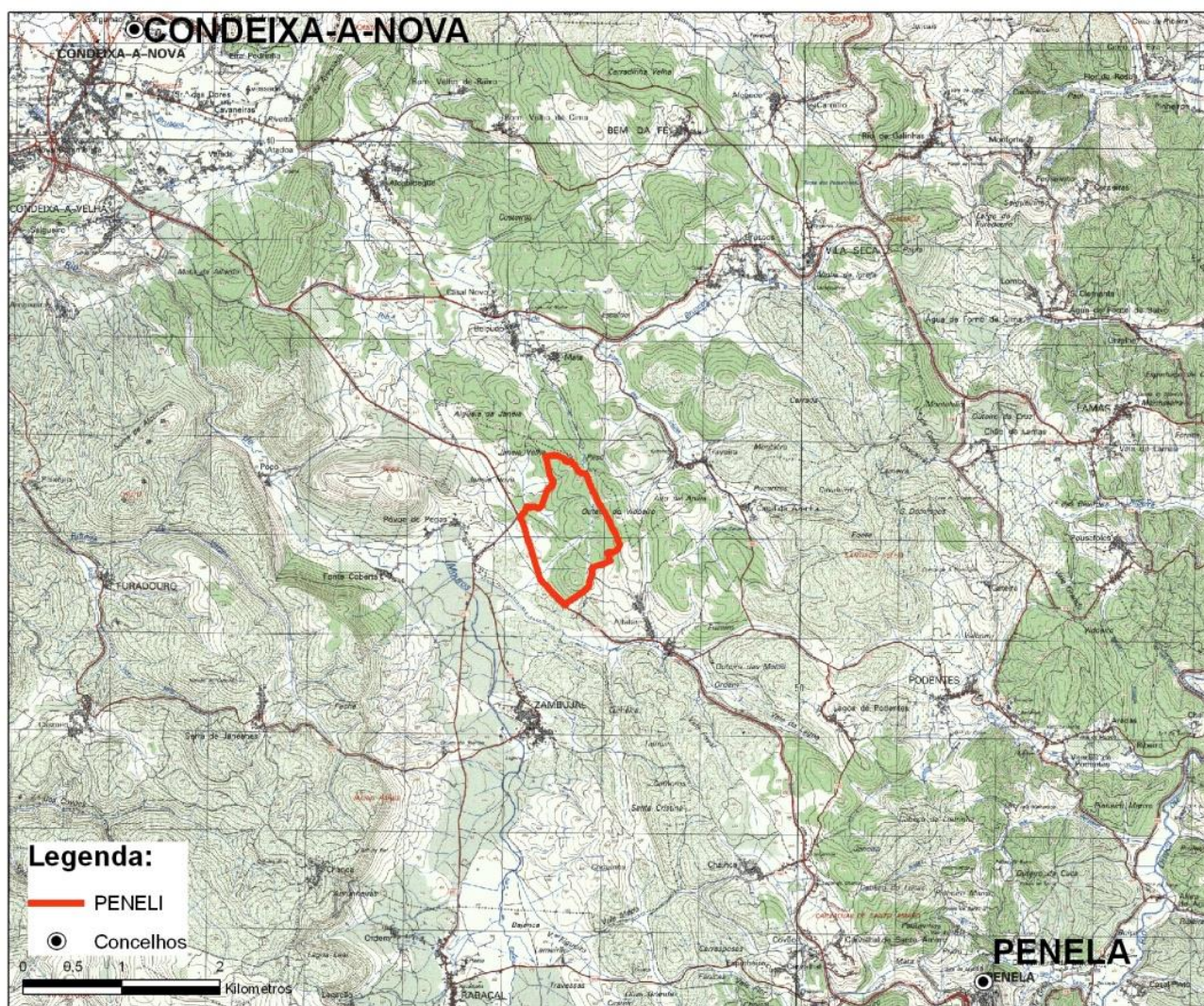


Figura 2 - Localização da área de implementação do PENELI à escala local.

Fonte: Carta militar, folha nº 251, escala 1/25000 - IGEOE

Na área do PP do PENELI o uso atual do solo é constituído por áreas de vinha (2,75 ha), cedros (1,15 ha), eucaliptos (0,40 ha), oliveiras (7,06 ha), pinhal (60,8 ha) e vegetação herbácea ou arbustiva (18,03, ha) (Figura 3). Podem ainda ser encontrados arrumos e outras estruturas associadas à exploração agrícola e florestal.

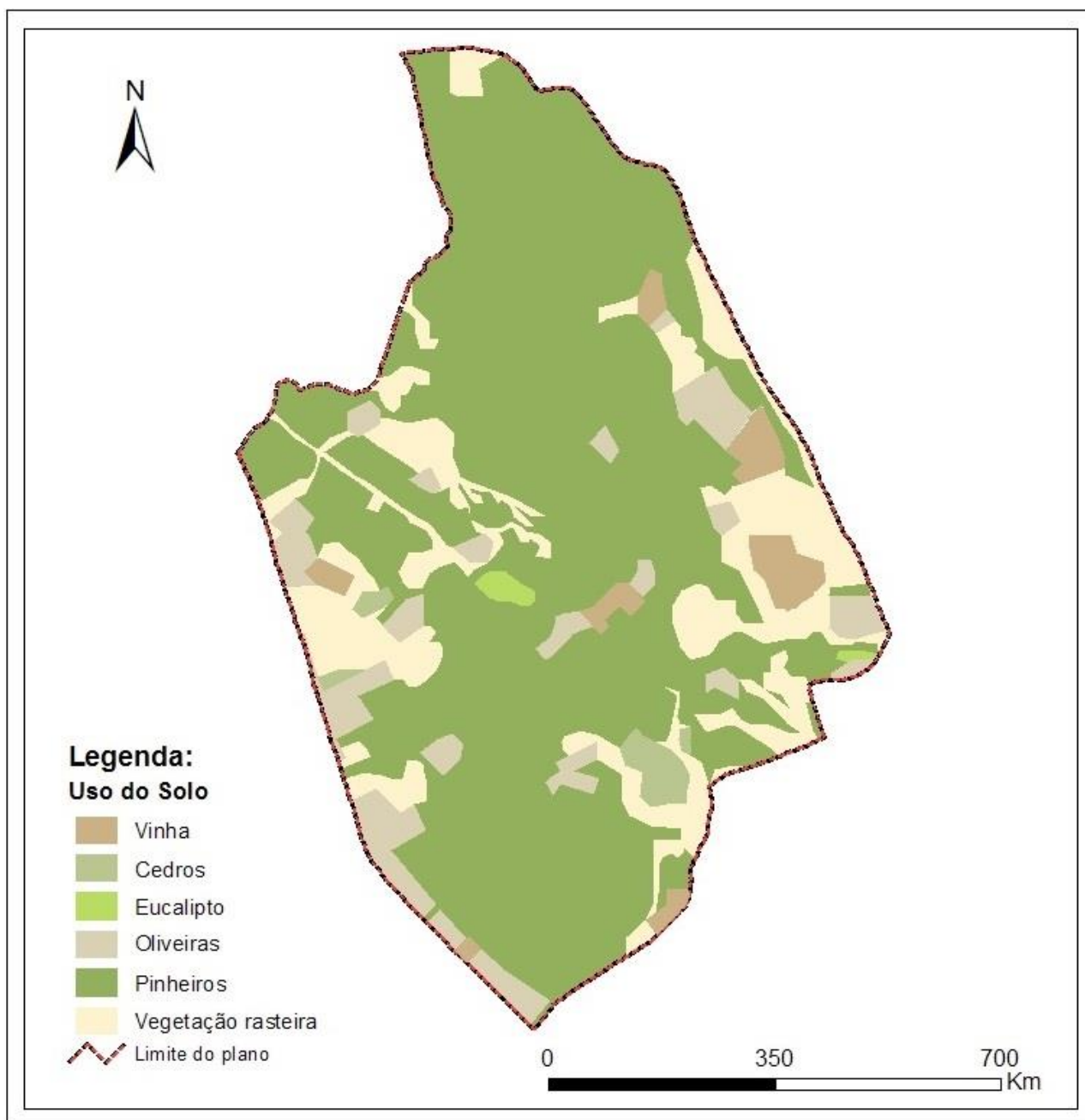


Figura 3 - Uso do solo na área do PENELI.

Fonte: Adaptado de Carta de Ocupação do Solo/Inplenitus

5 EM QUE CONSISTE O PLANO?

O objeto da presente Avaliação Ambiental Estratégica incide sobre os propósitos do Plano de Pormenor do PENELI que, após a tomada de conhecimento da realidade da área e da integração do resultado da participação pública (ao nível da participação preventiva), partiu para a presente proposta de Plano.

Os seus dois principais documentos são a Planta de Implantação, que ordena o espaço e o Regulamento, documentos constantes no Anexo I.

Este plano prevê intervenções de carácter parcelar, o fomento das instalações públicas necessárias e os respetivos programas para a reorganização e fruição deste espaço. Os seus objetivos fundamentais são:

1. Afirmação do município, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de atividades socioeconómicas.
2. Criar condições para a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária.
3. Desenvolvimento de um parque empresarial com infraestruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infraestruturas ou serviços complementares, nomeadamente instalações de restauração e alojamento, equipamentos para eventos/conferências e espaços verdes desportivos.
4. Criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços de suporte a um tecido económico que se pretende inovador, competitivo e empreendedor;

A implementação destes objetivos passa pela diferenciação de formas de intervenção consoante as especificidades da área, dado o seu carácter heterogéneo, pretendendo adequar-se à realidade existente e às características locais, integrando-se numa estratégia de desenvolvimento baseada na preservação, valorização e enquadramento.

De um modo geral, a Estrutura Urbana de PENELI proposta integra os seguintes Objetivos Específicos:

- a) A criação de espaços sustentáveis do ponto de vista ambiental e económico;
- b) A integração e proteção paisagística do local, mediante a criação ou manutenção de faixas arbóreas de proteção, bem como o respeito pelas Servidões e Restrições de Utilidade Pública existentes.
- c) Espaços para estacionamento público de acordo com a legislação em vigor;
- d) Áreas para lazer e equipamentos coletivos de acordo com a legislação em vigor;
- e) Estrutura viária.

Cada um dos Objetivos Específicos suprarreferidos é composto por um conjunto de medidas/iniciativas territoriais propostas que procuram consubstanciar e materializar os Objetivos Fundamentais atrás definidos.

6 COMO FOI EFETUADA A ANÁLISE?

Os objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica consistem na «...*identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração, e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano, e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final*». (artº 2 do DL nº 232/2007 de 15 de junho alterado pelo Decreto – Lei nº 58/2011 de 04 de maio).

O objetivo da elaboração do Relatório Ambiental do Plano de Pormenor PENELI, dando cumprimento à legislação em vigor, é identificar, descrever e avaliar as opções transpostas para a planta de implantação e regulamento deste plano, do ponto de vista ambiental e da sustentabilidade.

A presente Avaliação Ambiental Estratégica pretende também definir um Quadro de Diretrizes de minimização dos efeitos negativos, um Quadro de Governança para a Ação que atribui responsabilidades a diversas entidades, e ainda, um Quadro de Seguimento/Controlo da Implementação do Plano, com vista ao acompanhamento das oportunidades e riscos previstos na avaliação.

Previamente à Avaliação Ambiental propriamente dita, foram recolhidos e selecionados um conjunto de planos, programas e estratégias que serviram de referência para o presente estudo. O conjunto destes planos deu origem ao Quadro de Referência Estratégico, que tem como objetivo enquadrar a presente proposta de PP (Plano de Pormenor) nos planos, programas e estratégias de hierarquia superior.

Por se tratar de um PP de média dimensão (85 ha) o Quadro de Referência Estratégico foi construído a partir de um conjunto de planos e programas de política ambiental que visam contribuir para a sustentabilidade no panorama nacional, regional e municipal, ou seja, hierarquicamente acima do plano de pormenor em análise e em relação aos quais o presente plano vai buscar contributos, orientações e diretrizes, sendo por sua vez alvo (e ao mesmo tempo parte integrante) da avaliação ambiental estratégica a efetuar.

Não obstante foram reunidos um conjunto de planos, programas e estratégias para nortear a presente avaliação ambiental estratégica, que se pretendeu que fosse pouco exaustiva e dispersante, tais como:

























































- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS (2005 – 2015)

- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso dos Recursos (POSEUR)
- Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – Proposta de PROT-C
- Plano Nacional da Água – PNA
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – PNUEA (2012 – 2020)
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PENSAAR 2020 (2014-2020)
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos – PERSU 2020 (2014-2020)
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis e das Ribeiras do Oeste (RH4).
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte – PROFPIN
- Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI
- Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Penela – PD ICE
- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PDR
- Programa Operacional de Capital Humano

Os planos e programas de menor escala têm de incorporar as diretrizes dos planos, programas e estratégias hierarquicamente superiores e mais recentes com os quais estabelecem relações. Nesse sentido, o Programa Diretor de Inovação Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Penela – PDICE enquadra-se como sendo o instrumento de planeamento inserido no QRE que se encontra mais próximo dos propósitos e objetivos estratégicos do plano em análise, tendo o PDICE absorvido as principais diretrizes dos instrumentos de planeamento que se encontram a montante.

O Quadro 2 resume a informação relativa à convergência do Quadro de Referência Estratégico e dos objetivos estratégicos do PP do PENELI.

Quadro 1 – Síntese da convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e os Objetivos Estratégicos do Plano de Pormenor de PENELI.

PP PENELI				
PNPOT				
	I. Afirmação do município, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de atividades socioeconómicas.	II. Criar condições para a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária.	III. Desenvolvimento de um parque empresarial com infraestruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infraestruturas ou serviços complementares.	IV. Criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços.
PNPOT				
ENDS				
POSEUR				
PROTC				
PNA				
PNUEA (2012 – 2020)				
PENSAAR				
PERSU 2020				
PBHM				
PROFBIN				
PMDFCI				
PD-ICE				
PDR				
POCH				



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Atendendo aos Objetivos Estratégicos (OE) do Plano de Pormenor do PENELI, ao QRE definido e às principais problemáticas do ponto de vista ambiental previsíveis no Parque Empresarial do PENELI, definiram-se na presente AAE os Fatores Críticos de Decisão (FCD) constantes no Quadro 2.

Como o nome indica, os FCD constituem os temas ambientais mais relevantes para o plano em análise, e constituem o esqueleto desta avaliação.

Quadro 2 – Fatores Críticos de Decisão considerados na AAE do Plano de Pormenor de PENELI

Fator Crítico de Decisão	Descrição
Ordenamento do Território	Pretende avaliar de que forma as propostas do Plano de Pormenor do PENELI, ao estabelecer uma área industrial com uma intervenção clara sobre as atividades económicas, promove uma melhoria na qualidade de vida da população local, a integração dos instrumentos de Gestão Territorial e Condicionantes, a integridade da estrutura ecológica e correta ocupação do solo da área de intervenção e do concelho em geral.
Qualidade Ambiental	Pretende caracterizar a situação atual da área do plano, antecipando medidas mitigadoras ou planeando medidas corretivas para as ações que se prevejam com potenciais impactes ambientais negativos, nomeadamente a nível do ambiente sonoro, qualidade do ar, gestão de recursos hídricos, resíduos e de efluentes.
Riscos Naturais e Tecnológicos	Pretende avaliar o contributo do PP de PENELI para a prevenção e minimização dos riscos naturais e tecnológicos, nomeadamente incêndios florestais e acidentes associados à atividade industrial (derrames, incêndios, explosões). A implementação de um Parque Empresarial destinado à instalação de unidades industriais pressupõe uma probabilidade de ocorrência de acidentes industriais, derrames de matérias perigosas e explosões.

Para cada Fator Crítico de Decisão foram definidos critérios de avaliação e indicadores, com o objetivo de conferir uma dimensão analítica aos FCD, estabelecendo o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada. Os Quadros seguintes descriminão os critérios e indicadores utilizados na análise:

Quadro 3 - Critérios e indicadores do Fator Crítico Ordenamento do Território.

Objetivos de sustentabilidade	Critérios	Indicadores
<p>Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional</p> <p>Controlar e minimizar a impermeabilização dos solos</p> <p>Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas</p>	Desenvolvimento socioeconómico	Espaços industriais e grau de ocupação
<p>Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional</p> <p>Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos</p>	Gestão territorial	<p>Verificação da compatibilidade do plano com outros Instrumentos de Gestão Territorial</p> <p>Uso do solo afetado pela área do plano</p> <p>Percentagem de impermeabilização</p> <p>Espaços para equipamentos e serviços</p> <p>Rede viária e condições de acessibilidade.</p>
	Condicionantes	Domínio Público Hídrico
<p>Qualificação ambiental do espaço industrial, valorizando os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural;</p> <p>Diversificar a funcionalidade dos espaços florestais, elevando a qualidade da paisagem e dos espaços verdes industriais;</p>	Estrutura Ecológica	<p>Afetação das manchas de vegetação natural existentes (manutenção e integração nos espaços verdes)</p> <p>Expressividade dos espaços verdes (total, verde de enquadramento e verde de proteção) e áreas reflorestadas</p>

Quadro 4 - Critérios e indicadores do fator crítico Qualidade ambiental.

Objetivos de sustentabilidade.	Critérios	Indicadores
<p>Garantir uma gestão sustentável das infraestruturas (água, ar, solo)</p> <p>Promover a saúde pública e segurança de pessoas e bens</p> <p>Promover uma gestão sustentável dos resíduos</p> <p>Promover a utilização de tecnologias que minimizem emissões gasosas nas unidades a implantar</p> <p>Fomentar o uso racional da Energia</p> <p>Aumentar o uso de energias renováveis</p>	Água	<p>Consumo de água por sector</p> <p>Qualidade da Água Subterrânea</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percentagem da água (residual tratada ____% bruta ____% Consumo Humano ____%) usada na rega dos espaços públicos (indicador de seguimento) - Percentagem de Subprodutos (lamas e águas residuais) da ETAR valorizados (indicador de seguimento) - Percentagem do nº total de análises realizadas à água para consumo público (indicador de seguimento)
	Resíduos	<p>Recolha Seletiva (indicador de seguimento)</p> <p>Resíduos industriais (indicador de seguimento)</p>
	Ruído	Recetores sensíveis na área do plano e na envolvente
	Qualidade do Ar	Efluentes gasosos das unidades industriais
	Eficiência Energética	<p>Consumo de energia (eletricidade, gás) (indicador de seguimento)</p> <p>Implementação de sistemas de energias renováveis (indicador de seguimento)</p>




Quadro 5 - Associação entre Objetivos de Sustentabilidade e os Critérios e Indicadores de Avaliação definidos no Fator Crítico de Decisão Riscos Naturais e Tecnológicos.

Objetivos de Sustentabilidade	Critérios	Indicadores
Prevenção da ocorrência de situações de risco	Riscos Naturais	Risco de ocorrência de incêndio Cumprimento da faixa de gestão de combustível envolvente
Promover a saúde pública e segurança de pessoas e bens	Riscos Tecnológicos	Acidentes industriais (derrame/incêndio/explosão) (indicador de seguimento) Acidentes com substâncias perigosas (indicador de seguimento)

Após o processo de definição do QRE e dos FCD foi efetuada uma análise de incompatibilidades e sinergias que ocorrem entre os Objetivos Estratégicos do PP do PENELI. Esta análise teve como objetivo detetar potenciais sinergias entre objetivos estratégicos que induzem oportunidades, bem como potenciais conflitos que constituam um risco ao desenvolvimento do Parque Empresarial do PENELI. As potenciais incompatibilidades e sinergias identificadas foram alvo de uma análise mais atenta no RA (relatório ambiental). No (Quadro 6) estão resumidas as potenciais incompatibilidades e sinergias identificadas que foram alvo de uma análise mais atenta no RA .

Quadro 6 - Matriz de Incompatibilidades e Sinergias entre Objetivos Estratégicos do Plano de Pormenor do PENELI

	OE I			
OE II	A	OE II		
OE III	B	D	OE III	
OE IV	C	E	F	OE IV

 Sinergia
 Conflito Potencial
 Sem Relação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE PORMENOR DE PENELI:

Objetivo Estratégico I – Afirmação do município, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de actividades socio-económicas.

Objetivo Estratégico II – Criar condições para a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária.

Objetivo Estratégico III – Desenvolvimento de um parque empresarial com infra-estruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infra-estruturas ou serviços complementares.

Objetivo Estratégico IV – Criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços.

INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS:

- A** – Sinergia entre afirmação do município, no contexto regional e nacional e condições para a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária.
- B** – Sinergia entre afirmação do Município, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de actividades socio-económicas e desenvolvimento de um parque empresarial com infra-estruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infra-estruturas ou serviços complementares.
- C** – Sinergia entre a afirmação do Município, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de actividades socio - económicas e criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços
- D** – Sinergia entre a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária e desenvolvimento de um parque empresarial com infra-estruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infra-estruturas ou serviços complementares.
- E** – Sinergia entre a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária e criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços.
- F** – Sinergia entre o desenvolvimento de um parque empresarial com infra-estruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infra-estruturas ou serviços complementares e criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços.

7 TIPOLOGIA DE PLANO E AÇÕES PREVISTAS

O PDM de Penela em vigor prevê a criação de uma zona de espaços de atividades económicas, delimitada como UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão), sujeita a PP. Trata-se de uma figura de planeamento de média dimensão que tem como objetivo a instalação de um parque empresarial no extremo norte do município. As ações previstas para o Parque Empresarial do PENELI são:

- a) A criação de espaços sustentáveis do ponto de vista ambiental e económico;
- b) A integração e proteção paisagística do local, mediante a criação ou manutenção de faixas arbóreas de proteção, bem como o respeito pelas Servidões e Restrições de Utilidade Pública existentes.
- c) Espaços para estacionamento público de acordo com a legislação em vigor;
- d) Áreas para lazer e equipamentos coletivos de acordo com a legislação em vigor;
- e) Estrutura viária.

A elaboração do Plano de Pormenor do PENELI rege-se pelo atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), dado pelo Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 maio.

8 QUAL A SITUAÇÃO ATUAL NA ÁREA DO PLANO?

A situação atual na área do plano foi efetuada para cada FCD (Fator Crítico de Decisão) no RA, para os quais será apresentado um breve resumo no Quadro 7.

O Quadro 7 apresenta uma análise SWOT da situação existente e tendencial do Parque Empresarial de PENELI para os Fatores Críticos de Decisão seleccionados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, dando a indicação sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças ao território municipal.

Quadro 7 – Análise SWOT da situação atual do PP de PENELI.

Fator Crítico para a Decisão	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> - Localização privilegiada do Município na Região Centro; - Enquadramento Regional – localização privilegiada no centro do país, proximidade em relação a Coimbra e das principais redes viárias nacionais (IP3, A1, A13, IC2); - PDM com revisão recente, contemplando a UOPG correspondente ao PP em estudo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Relativamente afastado de Portos e Aeroportos ou da rede ferroviária especializada em transporte de mercadorias; - Debilidade infra - estrutural - A rede viária local encontra-se dependente da ER347, notando-se algumas debilidades nas ligações supraconcelhias (Coimbra); - A atual Zona Industrial de Penela (ZIP) não possui capacidade de resposta para novos pedidos de localização empresarial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação do PP de PENELI aos IGT em vigor; - Alargamento da oferta de espaços económicos, com possível geração de emprego direto e indireto, associado às atividades de I&D e incubadora de empresas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência de outros municípios com maior potencial de captação de investimento, alguns deles com vantagens comparativas em termos de acessibilidades, infra - estruturas de apoio e qualificação de recursos humanos; - Dificuldade na fixação e atração de recursos humanos qualificados - a proximidade a Coimbra, apesar de apresentar diversas vantagens, pode constituir-se como obstáculo à fixação de recursos humanos qualificados; - Incompatibilidades do Sistema Biofísico (Biodiversidade e Linhas de água);
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial morfológico e climático do município para a produção de energia eólica e solar; - Existência de espécies arbóreas que possam contribuir para o efeito cortina (de proteção, barreira acústica) - Qualidade do ar globalmente positiva; - Presença de redes de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial existente em energias renováveis não otimizada pelos munícipes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Relocalização de unidades industriais que passarão a estar dotadas de melhores condições para cumprir as exigências legais de ambiente ao seu funcionamento; - Criação de áreas de serviços/equipamentos de apoio à atividade industrial; - Criação de áreas de lazer e espaços verdes desportivos; - Promoção e incentivo à implementação de soluções de eficiência energética; - Área do plano junto à rede viária evitando assim a construção exclusiva de acessos; - Relativo afastamento dos recetores sensíveis e de núcleos habitacionais; - Presença de faixas arbóreas que podem exercer funções de proteção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência no sector da indústria para um consumo de água e energia excessivo; - Ocupação de lotes por operadores que não cumpram as normas legais para execução da sua atividade, pondo em causa os recursos naturais e a saúde humana; - Deficiente gestão dos resíduos industriais por parte das unidades a instalar e incorreto armazenamento e deposição, o que poderá provocar a contaminação do solo e das águas subterrâneas; - Promoção de um excessivo volume de tráfego;
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil atualizado; - Sem histórico de incêndios na envolvente próxima do Plano; 	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas florestais com claras deficiências de ordenamento são susceptíveis ao risco de incêndios; - Plano inserido em área com risco de incêndio alto e, em pequenas extensões, com perigosidade alta; 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização ambiental da floresta, nas políticas nacionais; - Definição de medidas de minimização do risco de incendio e proteção de pessoas e bens; - Integração da Floresta para benefício da paisagem, redução de impactos ambientais (ex. ruído), manutenção da 	<ul style="list-style-type: none"> - Incumprimento da autarquia na manutenção das faixas de gestão de combustível e dos espaços florestais; - Promoção de riscos através da instalação de atividades que potenciem o risco de incêndio; - Incumprimento da autarquia na manutenção das faixas de

Fator Critico para a Decisão	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
			biodiversidade, usufruto pela população, redução de riscos (ex. erosão), manutenção da biodiversidade, usufruto pela população, redução de riscos (ex. erosão);	gestão de combustíveis e dos espaços florestais; - Promoção de riscos através da instalação de atividades que potenciem o risco de incêndio; - Promoção inadvertida de comportamentos de risco; - Ocupação de lotes por operadores que não cumpram as normas legais para execução da sua atividade, pondo em causa os recursos naturais e a saúde humana;

9 RISCOS E OPORTUNIDADES ASSOCIADOS AO PLANO

Para cada FCD será elencado um conjunto de oportunidades e riscos identificados associados ao Plano.

FCD Ordenamento do Território

Relativamente ao FCD Ordenamento do Território verifica-se que o Plano de Pormenor de PENELI envolve as seguintes oportunidades:

- 😊 Adequação do PP de PENELI aos IGT em vigor.
- 😊 Alargamento da oferta de espaços económicos, com possível geração de emprego direto e indireto, associado às atividades de I&D e incubadora de empresas.
- 😊 Promoção do setor empresarial competitivo e potencial geração e emprego.
- 😊 Criação de áreas de serviços/equipamentos de apoio à atividade industrial.

Como principais riscos salientam-se:

- 😞 Incompatibilidades do Sistema Biofísico (Biodiversidade e Linhas de água).
- 😞 Conflitos com do DPH e insuficiência do sistema de drenagem.

FCD Qualidade Ambiental

Relativamente ao FCD Qualidade Ambiental verifica-se que o Plano de Pormenor de PENELI envolve as seguintes oportunidades:

- 😊 Possibilidade de realocização/aglomeração de unidades industriais, que passarão a estar capacitadas de melhores condições para cumprir as exigências legais de ambiente no seu funcionamento (para além de promover outros aspetos cooperativos).
- 😊 Área do plano junto à rede viária evitando assim a construção exclusiva de acessos.
- 😊 Presença de faixas arbóreas que podem exercer funções de proteção.

Como principais riscos salientam-se:

- 😞 Tendência no sector da indústria para um consumo de água e energia excessivo.
- 😞 Deficiente gestão dos resíduos industriais por parte das unidades a instalar e incorreto armazenamento e deposição, o que poderá provocar a contaminação do solo e das águas subterrâneas.

FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Relativamente ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos verifica-se que o Plano de Pormenor de PENELI envolve as seguintes oportunidades:

- 😊 Definição de medidas de minimização do risco de incêndio e proteção de pessoas e bens.
- 😊 Integração da Floresta para benefício da paisagem, redução de impactos ambientais (ex. ruído), manutenção da biodiversidade, usufruto pela população, redução de riscos (ex. incêndio, erosão).

Como principais riscos salientam-se:

- 😞 Incumprimento da autarquia na manutenção das faixas de gestão de combustível e dos espaços florestais.
- 😞 Promoção de riscos através da instalação de atividades que potenciem o risco de incêndio.
- 😞 Promoção inadvertida de comportamentos de risco.

Após a análise de riscos e oportunidades efetuada para cada FCD, seguir-se-á uma síntese das oportunidades e riscos identificados no âmbito da AAE do PP do PENELI, tal como se pode verificar no Quadro 8.

Quadro 8 – Resumo de oportunidades e riscos identificados na AAE.

FCD	Objetivos Estratégicos do Plano de Pormenor de PENELI			
	OE I	OE II	OE III	OE IV
Ordenamento do Território	😊	😊	😊/😞	😊
Qualidade Ambiental	😊	😊	😊/😞	😊
Riscos Naturais e Tecnológicos	😊	😊	😊	😊

- 😊 – Interação muito favorável
- 😊 – Interação ligeiramente favorável ou nula
- 😞 – Interação desfavorável

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE PORMENOR DE PENELI

Objetivo Estratégico I – Afirmação do município, no contexto regional e nacional, como área privilegiada de oferta de actividades socio-económicas.

Objetivo Estratégico II – Criar condições para a promoção de uma economia competitiva, inovadora e solidária.

Objetivo Estratégico III – Desenvolvimento de um parque empresarial com infra-estruturas e serviços especializados de apoio aos sectores estratégicos e outras infra-estruturas ou serviços complementares.

Objetivo Estratégico IV – Criação de uma zona vocacionada para o acolhimento empresarial centrado numa nova lógica de qualidade e prestação de serviços.

10 SÍNTESE DAS DIRETRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO

Na sequência da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor de PENELI resultaram Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização dos potenciais efeitos negativos do Plano. O Quadro 9 resume as principais diretrizes de gestão e medidas de minimização.

Quadro 9 – Síntese das Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano.

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território constantes no Plano de Urbanização e no Plano Diretor Municipal e em vigor à data do início da elaboração, com impacto na área do Plano de Pormenor de PENELI; - Implementação/operacionalização da proposta de desenvolvimento do território constante na Revisão do Plano Diretor Municipal de Penela, com impacto na área do PP de PENELI; - Privilegiar a instalação de atividades que contribuam para a diversificação das atividades produtivas, sobretudo as ligadas aos sectores agrícola e florestal; - Garantir e controlar, durante e após a execução do PP de PENELI, a implementação de um Modelo de Gestão para esta Zona Industrial, que estabeleça e coordene a implementação de um código de boas práticas, ambientalmente responsáveis e eco eficientes; - Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do espaço industrial, criando uma zona devidamente infraestruturada e com uma imagem e uma estrutura atrativas; - Assegurar o correto dimensionamento do sistema de drenagem adequado às linhas de água e escorrência superficial atual na área do Plano. Manutenção e monitorização do sistema de drenagem dentro da área do Plano e nas linhas de água recetoras; - Promover a integração de alguns elementos florísticos identificados nos espaços verdes previstos; - Assegurar a execução, qualificação e tratamento dos espaços verdes e dos espaços públicos, nos espaços industriais criados; - Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego, através da captação e fixação de novos investimentos geradores de emprego qualificado; - Promover também o estabelecimento de serviços, de iniciativa pública ou privada, de apoio às empresas que facilitem a intermediação com instituições fornecedoras de serviços avançados de apoio às empresas; - Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes (ex. mão de obra, materiais), promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos; - Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infraestruturas em espaços destinados a áreas verdes e a áreas verdes de proteção e enquadramento considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território; - Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho e da área do plano; - Estimular os futuros trabalhadores para o uso do transporte coletivo de passageiros e/ou boleias coletivas (compartilhadas); - Proceder à manutenção das faixas verdes de proteção, preservando sempre que possível elementos biológicos com interesse; - Proceder à limpeza/remoção da folhagem seca das árvores nas redes de águas pluviais (coletores de águas pluviais); - Utilização de materiais e superfícies permeáveis, uma vez que, ajudam a manter a ligação entre a camada superficial do solo e as camadas mais profundas; - Infraestrutura verde, que consiste na plantação de arbustos densos e árvores, resultando uma grande absorção de partículas e de poluentes do ar, atuando ao mesmo tempo, como filtro sonoro e ajudando a reduzir as pragas (por exemplo, insetos).

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambientais, e implementação de normas que visem a eficiência do consumo de água, energia, tratamento de resíduos, bem como a sua monitorização e quantificação (ex. Pegada de Carbono, da Água, etc.) nas empresas ocupantes dos lotes; - As edificações sob gestão do Parque devem atender aos princípios da ecoeficiência designadamente ao nível da utilização eficiente da água; - Na rega das áreas verdes deve ser evitada a utilização de água tratada da rede, podendo os proprietários dos lotes, individualmente ou em parceria, sempre que a dimensão das zonas verdes o justificar, perseguir objetivos de autossuficiência recorrendo, nomeadamente, a depósitos de armazenamento de águas pluviais e reutilização das águas da ETAR prevista; - Realização de análises de carácter periódico em poços localizados perto das obras, de modo a aferir se os parâmetros de qualidade de água estão dentro dos permitidos, de acordo com as características para usos múltiplos, devendo ser tomadas medidas especiais neste sentido; - Promover ações de sensibilização para o uso eficiente da água; - Promover o uso de redutores de caudais de água; - Sensibilização e auscultação das necessidades das empresas a nível da gestão de resíduos. O armazenamento de resíduos deverá ser efetuado em locais devidamente impermeabilizados e preparados para o efeito. - Monitorização contínua do funcionamento da ETAR que servirá a Zona Industrial; - O Município de Penela deverá concluir a elaboração e tomar todos os procedimentos para que seja publicado o Regulamento para lançamento de efluentes industriais na rede de coletores, de modo a garantir que os órgãos que constituem o sistema de tratamento não sejam afetados. Consideram-se efluentes industriais todos os efluentes resultantes do exercício de uma atividade industrial, de acordo com a Classificação das Atividades Económicas (CAE), bem como os resultantes do exercício de qualquer outra atividade que, pela sua natureza, sejam suscetíveis de exceder os valores máximos dos parâmetros estabelecidos no Regulamento para o lançamento de efluentes industriais na rede de coletores; - Definir um horário de trabalho adequado, com a interdição de realização de atividades de construção que originem níveis de ruído elevado (como exemplo, a circulação de veículos pesados e trabalhos que recorram a maquinaria ruidosa deverão ser interditos das 20h às 7h, e durante os fins-de-semana e feriados); - Proceder à orientação para a implementação de unidades de microgeração de energia; - Implementar iluminação pública eco – eficiente; - Sempre que possível, ou legalmente exigido, nas áreas sob gestão do parque, preferir geração de energia e aquecimento baseados em energia solar. Promover estes sistemas junto dos ocupantes dos lotes; - Compensar o consumo energético com a produção de energia, reduzindo a pegada de carbono (p.e.co-geração); - Incentivar o uso de iluminação de baixo consumo; - Garantir a monitorização as emissões de poluentes provenientes das unidades industriais de acordo com o previsto na legislação; - Garantir a correta manutenção da rede de forma a evitar fugas.
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Proceder à orientação para Planos de Segurança/Emergência em todas as unidades previstas; - Adequar os projetos dos edifícios e a sua construção à resistência e vulnerabilidade ao incêndio, sismos e cheias, solicitando junto dos promotores os sistemas de gestão de risco planeados; - Restringir a ocupação com espécies arbóreas, numa faixa de 5 metros (a partir da zona de estrada); - Proceder à manutenção e vistoria dos sistemas de resposta e combate a incêndio; - Proactivamente implementar medidas corretivas quando se identificarem situações que possam implicar o aumento de risco ou perigosidade de incêndios, no interior da área do Plano e nas proximidades; - Sugere-se que seja elaborado um Plano de Acidentes Tecnológicos para o Plano de Pormenor.

11 SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

De seguida apresenta-se o Quadro de Governança para o Plano de Pormenor do PENELI (Quadro 10), destinado a estabelecer as responsabilidades das entidades envolvidas no sentido de garantir o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos Fatores Críticos de Decisão estabelecidos no âmbito da AAE, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Quadro 10 – Síntese do Quadro de Governança para a Ação para o Plano de Pormenor do PENELI

FCD	Entidades	Responsabilidades
Ordenamento do Território	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	- Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território (área do plano) assegurando o cumprimento das condicionantes nesta matéria;
	Câmara Municipal de Penela	- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo. - Garantir a implementação do Plano Municipal de Ordenamento do Território. - Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da rede viária municipal, tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional.
	Junta de Freguesia de Podentes	- Fomentar diferentes formas de participação pública.
	Associação Comercial e Industrial de Penela (ACIP)	- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública.
	Ocupantes das Unidades Empresariais	- Para além do respeito pela legislação aplicável à sua área de atividade, deverá promover o cumprimento do exposto regulamento do presente Plano e contribuir para a monitorização do mesmo.
Qualidade Ambiental	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	- Elaborar o Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos e agir em conformidade. - Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂).
	ARH/APA	- Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos.
	ONGA's	- Acompanhar a monitorização da implementação do Plano de Pormenor de PENELI em matéria de Qualidade Ambiental; - Participar nos processos de consulta pública do presente procedimento de AAE e, posteriormente, no de AIA.
	Câmara Municipal de Penela	- Assegurar o funcionamento da rede de saneamento básico e a sua distribuição a todos os lotes; - Monitorizar o tráfego junto ao PENELI de modo a ponderar necessidade de alterações na dinâmica e perfis rodoviários;
	Juntas de Freguesia de Podentes	- Fomentar diferentes formas de participação pública.
	Ocupantes das Unidades Empresariais	- Para além do respeito pela legislação aplicável à sua área de atividade, deverá promover o cumprimento do exposto regulamento do presente Plano e contribuir para a monitorização do mesmo.
Riscos Naturais e Tecnológicos	ANPC	- Manter atualizadas as informações sobre os riscos de incêndio e planos de emergência respetivos. - Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos
	ONGA's	- Acompanhar a monitorização da implementação do Plano de Pormenor de PENELI em matéria de riscos naturais e tecnológicos; - Participar nos processos de consulta pública do presente procedimento de AAE e, posteriormente, no de AIA.
	Câmara Municipal de Penela	- Assegurar a manutenção do sistema de prevenção de incêndios; - Assegurar o cumprimento das faixas de gestão de combustível nas áreas do Plano sob sua gestão.
	Junta de Freguesia de Podentes	- Fomentar diferentes formas de participação pública.
	Entidade Gestora	- Monitorizar o cumprimento das faixas de gestão de combustível e o correto estado das bocas de incêndio e demais sistemas de prevenção dos mesmos.

	Ocupantes das Unidades Empresariais	- Para além do respeito pela legislação aplicável à sua área de atividade, deverá promover o cumprimento do expresse regulamento do presente Plano e contribuir para a monitorização do mesmo.
--	--	--

12 PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O Plano de Seguimento e Controlo constitui uma contribuição fundamental para a fase de execução do Plano de Pormenor, pois permitirá acompanhar e avaliar os efeitos ambientais de natureza estratégica decorrentes da aplicação do plano, a identificação de resultados inesperados e a consequente adoção de medidas corretivas, dentro do quadro legal permitido. No Quadro 11 apresentam-se os principais indicadores de seguimento definidos no âmbito da AAE. O conjunto de indicadores definidos para cada Fator Crítico será analisado anualmente (periodicidade mínima permitida) e o seu resultado encaminhado também anualmente à Agência Portuguesa de Ambiente.

Quadro 11 – Síntese do Quadro de Seguimento e Controlo do Plano de Pormenor de PENELI.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Ordenamento do Território	Desenvolvimento económico				
	Espaços industriais e grau de ocupação	Nº e % total	52 Parcelas/PP PENELI	0	2015, CM Penela
Qualidade Ambiental	Água				
	Percentagem do nº total de análises realizadas à água para consumo público	% total	PENSAAR >99%	0	2017, CM Penela
	Percentagem de perdas reais de água pelo sistema de abastecimento público	%	Diminuir	0	2017, CM Penela
	Percentagem da população equivalente servida por sistema público de drenagem e tratamento de esgotos	%	PNA (redução de perdas de água em 15% até 2020) e PNUEA (redução de 15% Industrias	0	2017, CM Penela
	Percentagem da água (residual tratada ____% bruta ____% Consumo Humano ____%) usada na rega dos espaços públicos	%	PNUEA (redução de 15% Industrias	0	2017, CM Penela
	Percentagem de Subprodutos (lamas e águas residuais) da ETAR valorizados	%	Tendência crescente (Indicador de evolução)	0	2017, CM Penela
	Resíduos				
	Recolha seletiva	N.º recetores e periodicidade e Kg	Não especificada (PERSU)	0	2015/CM de Penela
	Resíduos industriais	N.º recetores e periodicidade e Kg	Não especificada (PERSU)	0	2015/ CM de Penela
	Ruído				
	Recetores sensíveis na área do plano e na envolvente	Nº	Decreto-lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro	L _{den} : Sensíveis: 55; Mistas: 65 dB (A) L _n : Sensíveis: 45; Mistas: 55 dB (A)	2015/ CM de Penela Estudo de Ruído (Anexo VI)
	Qualidade do ar				
	Efluentes gasosos das unidades industriais	N.º e Kg/h	Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro Portaria n.º 676/2009, de 23 de Junho	0	2015/CM de Penela
	Eficiência Energética				
	Consumo de energia no parque e lotes (eletricidade, gás)	N.º	Não especificada (PNAEE)	0	2015/ CM de Penela
	Implementação de sistemas de energias renováveis	MW e % produzida do total consumido	Não especificada (PNAEE)	0	2015/ CM Penela
Riscos Naturais e Tecnológicos	Incêndios				
	Número de incêndios industriais	N.º	0	0	2015/ CM Penela
	Riscos Tecnológicos				
	Número de empresas com Plano de Segurança/Emergência	N.º e % total	0	0	2015/ CM Penela

13 CONCLUSÕES

A presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), foi condicionada na medida em que os Objetivos Estratégicos e as opções/iniciativas territoriais se encontravam praticamente concluídas. Apesar de limitada, o seu contributo foi útil ao nível de proposta de alterações, correções e sugestões de consolidação das diferentes peças do plano.

No que diz respeito aos efeitos positivos do Plano no Ordenamento do Território pode destacar-se a concretização do previsto nos demais planos com incidência no plano do PENELI em análise. Esta materialização espera-se também ter efeitos socioeconómicos positivos, dada a elevada ocupação de outras zonas empresariais do Concelho. A sua localização privilegiada, proximidade em relação a Coimbra, proximidade das redes viárias nacionais, a aposta na investigação e Desenvolvimento (I&D) e no estabelecimento de serviços de proximidade para as empresas fomentando um habitat de inovação empresarial como a incubadora de Empresas, cria uma base impulsionadora para a fixação, entre outras, de atividades científicas e tecnológicas, o desenvolvimento económico e a qualificação profissional baseada na I&D.

Tal como já foi referido inicialmente espera-se que a implementação do Plano contribua para a promoção do emprego (manutenção e criação de novo emprego), bem como o reforço do crescimento económico local/regional assumindo um papel importante na melhoria das condições de vida dos habitantes, fomentando o consumo privado, prestação de serviços e atividade social e comercial (direta e indiretamente). O mesmo enquadra-se como um caso de aproveitamento de dinâmicas empresariais em benefício da comunidade com impactes positivos ao nível do rendimento e do produto. Do ponto de vista da Qualidade Ambiental, a agregação de empresas em parques também se considera um efeito positivo, já que além de fomentar a cooperação institucional e interempresarial, reduz o esforço global do município e das empresas no cumprimento da legislação ambiental, no ordenamento do território e incomodidade dos munícipes, na criação de infra-estruturas apelativas, tratamento de resíduos, gestão do risco (p.e. faixas de gestão de combustível), etc., quando comparado com a sua dispersão pelo território. Portanto traduz-se também em efeitos positivos ao nível da qualidade ambiental e gestão de riscos. Ao nível dos Riscos Ambientais realça-se positivamente a integração da floresta existente para se cumprirem funções ambientais e de redução de risco (ex. faixas de gestão de combustível).

Ao nível dos pontos fracos, no FCD Ordenamento do Território, verifica-se a existência de alguns conflitos com o sistema Biofísico, nomeadamente com linhas de água pertencentes ao Domínio Hídrico e alguma vegetação com interesse. Identificaram-se também alguns possíveis efeitos negativos ao nível da Qualidade Ambiental, que contudo não se consideram impeditivos e cujas diretrizes de gestão e minimização, assim como a monitorização e o quadro de governança se revelam importantes no sentido de gerir os mesmos. Ao nível dos Riscos, nomeadamente risco de incêndio, considerou-se que se cumpre o estabelecido legalmente e

que as ações previstas não fazem crer existirem aspetos impeditivos para a materialização dos projetos subjacentes ao Plano e seus objetivos estratégicos.

O ponto forte ou a principal oportunidade com a realização da presente AAE consiste precisamente na definição das diretrizes de gestão e minimização, assim como a monitorização e do Plano de Seguimento e Quadro de Controlo da Implementação do Plano de Pormenor de PENELI, que visa acompanhar através de indicadores a evolução das variadas dimensões ambientais do novo Plano. Outros aspetos foram também corrigidos no decorrer da AAE, como seja o planeamento do sistema de drenagem, mais adequado às características da área do Plano, e a definição de algumas áreas cujo potencial interesse ecológico interessa ter em consideração na fase de planeamento.

Assim, o Plano de Pormenor de PENELI, acompanhado do presente Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, irá ser apresentado a Consulta Pública, após a qual irá ser elaborada a Declaração Ambiental deste processo para apresentação na Agência Portuguesa de Ambiente e ao público em geral.

Coimbra, 03 de Novembro de 2017.



Nuno Maria Brilha Vilela
(Biólogo, MSc Economia Ecológica)

ANEXO I - Planta de Implantação e
Regulamento do Plano de Pormenor do
Parque Empresarial do PENELI

